

DADOS RESUMIDOS DO EDITAL	
I. BASE LEGAL	
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 968/2023	
LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ALTERAÇÕES POSTERIORES NO QUE COUBER.	
II. ÓRGÃO GERENCIADOR/PARTICIPANTE	
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SEGAD (ÓRGÃO GERENCIADOR). PARTICIPANTES: SME, SMS, SEINFRA, SMDSH, SCTEL, SMSPOP, SEFAZ E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS	
III. MODALIDADE	IV. NÚMERO DE ORDEM
PREGÃO ELETRÔNICO:	0026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0275/2026
V. OBJETO DA LICITAÇÃO:	
<u>REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA E CONFORME A DEMANDA, DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DO TIPO SPLIT, CICLO FRIO, COM TECNOLOGIA INVERTER, NAS CAPACIDADES DE 9.000, 12.000, 18.000 E 24.000 BTU/H, DESTINADOS À CLIMATIZAÇÃO DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO – BAHIA, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.</u>	
VI. TIPO DE LICITAÇÃO	VII. MODO DE DISPUTA
MENOR PREÇO POR ITEM	ABERTO
VIII. FORMA DE FORNECIMENTO / PRESTAÇÃO	IX. PRAZOS
CONFORME SOLICITAÇÃO	VIGÊNCIA DA ATA: 12 (DOZE) MESES ENTREGAS CONFORME ORDEM DE FORNECIMENTO
X. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO	
SÍTIO ELETRÔNICO: WWW.BLLCOMPRAS.COM	
XI. DATA DA SESSÃO:	
26/10/2026 ÀS 10H00MIN.	
O FORNECEDOR DEVERÁ OBSERVAR, RIGOROSAMENTE, AS DATAS E OS HORÁRIOS PARA O RECEBIMENTO E A ABERTURA DA PROPOSTA, ATENTANDO, TAMBÉM, PARA O INÍCIO DA DISPUTA. TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO NO EDITAL, NO AVISO E DURANTE A SESSÃO PÚBLICA, OBSERVARÃO, OBRIGATORIAMENTE, O HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF.	
XII. LOCAL, HORÁRIO E RESPONSÁVEL PELOS ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL:	
PREGOEIRO: THIAGO OLIVEIRA FONTES DECRETO: 367 DE 02 DE JUNHO DE 2025 EMAIL: SANTOAMAROLICITACAO@GMAIL.COM	ENDEREÇO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO – BA, RUA DO IMPERADOR, 03, CENTRO, CEP: 44200-000
XIII. OBSERVAÇÕES:	
OS INTERESSADOS DEVERÃO ACOMPANHAR AS MENSAGENS REFERENTES A ESTA LICITAÇÃO (RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS, ETC.) NO SITE DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LEILÕES E LICITAÇÕES (WWW.BLLCOMPRAS.COM), SENDO EXCLUSIVOS RESPONSÁVEIS PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO PORTAL.	

EDITAL

Santo Amaro/BA, 08 de outubro de 2026.

PREGÃO Nº 0026/2026 (ELETRÔNICO)

I - PROCESSO ADMINISTRATIVO:

0275/2026

II – DATA E HORÁRIO DE REALIZAÇÃO (Horário de Brasília):

Recebimento das propostas de preços: 14/10/2026, a partir das 08h;

Abertura das propostas de preços: 26/10/2026, às 08h;

Início da sessão de disputa: 26/10/2026, às 10h.

Pregoeiro: Thiago Oliveira Fontes

III – ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME:

Site Oficial da Bolsa de Leilões e Licitações (blcompras.com) da Pref. Municipal de Santo Amaro – Bahia.

IV – OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA E CONFORME A DEMANDA, DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DO TIPO SPLIT, CICLO FRIO, COM TECNOLOGIA INVERTER, NAS CAPACIDADES DE 9.000, 12.000, 18.000 E 24.000 BTU/H, DESTINADOS À CLIMATIZAÇÃO DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO – BAHIA, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

V – PRAZOS:

a) **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A ata de registro de preços terá prazo de validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço registrado permanece vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021;

b) **PRAZO DE ENTREGA:** Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, no almoxarifado da Secretaria contratante ou em outro local indicado na ordem, no território do Município de Santo Amaro – Bahia, correndo por conta da contratada as despesas de frete, carga e descarga, podendo o prazo ser prorrogado, a critério da Administração, mediante justificativa escrita apresentada pela contratada antes do vencimento.

VI – FORMA DE FORNECIMENTO:

A entrega deverá ser conforme condições previstas no Termo de Referência.

VII – LOCAL DA ENTREGA:

Conforme será solicitado na Ordem de Fornecimento.

1.1. OS INTERESSADOS DEVERÃO ACOMPANHAR AS MENSAGENS REFERENTES A ESTA LICITAÇÃO (RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS, ETC.) NO SITE DE LICITAÇÕES DO (<https://blcompras.com>), SENDO EXCLUSIVOS RESPONSÁVEIS PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO PORTAL.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública *online*, conduzido por servidor público denominado (a) PREGOEIRO (A), conforme §5º do art. 8º da Lei 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – Internet, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o [site https://blcompras.com](https://blcompras.com), coordenador do sistema, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://blcompras.com>

3.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

3.4. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.6. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.7. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.8. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.9. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis na plataforma, através do site <https://bllcompras.com>;

4. DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar da presente licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam ligados ao objeto do presente pregão, que atendam às condições estabelecidas neste edital.

4.2. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

4.3. Será assegurado às MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e aos MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI) que declararem e comprovarem regularmente essa condição o tratamento diferenciado e favorecido da Lei Complementar n.º 123/2006 e do art. 4.º da Lei n.º 14.133/2021, especialmente a preferência de contratação em caso de empate ficto (arts. 44 e 45) e a regularização tardia da documentação fiscal, social e trabalhista (art. 43, § 1.º). Os itens 1 e 3, cujos valores estimados não ultrapassam R\$ 80.000,00, destinam-se à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006; os itens 2 e 4 serão disputados em ampla concorrência, sem cota reservada, conforme a justificativa do subitem 9.6.2 do Termo de Referência (art. 49, inciso III, da mesma Lei Complementar).

4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.4.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.4.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou

atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.4.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.4.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.4.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.4.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, vedação que se justifica por se tratar de aquisição de bens comuns, de baixa complexidade e adjudicada por item, em que a reunião de empresas não amplia a competitividade, conforme o subitem 9.7 do Termo de Referência (art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021);

4.4.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.9. O impedimento de que trata o item 4.4.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.4.10. A vedação de que trata o item 4.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA, GARANTIA DE PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta inicial, acompanhada do comprovante da garantia de proposta e do catálogo, manual ou ficha técnica do fabricante do equipamento ofertado (subitem 5.2, alínea "c", do Termo de Referência), ocorrerá por meio de chave de acesso e senha. Os documentos de habilitação poderão, a critério do licitante, ser encaminhados antecipadamente, juntamente com a proposta inicial ou com a proposta realinhada; não o fazendo, serão apresentados no prazo previsto neste Edital, após a aceitação da proposta realinhada.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de

habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. DA GARANTIA DE PROPOSTA: juntamente com a proposta inicial, o licitante deverá apresentar, no sistema, o comprovante de garantia de proposta no montante de 1% (um por cento) do valor estimado do item ou da soma dos itens para os quais apresentar proposta, como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei n.º 14.133/2021 e do subitem 9.4 do Termo de Referência, cuja ausência, verificada na fase de julgamento, implicará a desclassificação da proposta.

5.7. A garantia de proposta poderá ser prestada, à escolha do licitante, em qualquer das modalidades do art. 96, § 1.º, da Lei n.º 14.133/2021: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia, emitido por seguradora autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; fiança bancária; ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

5.8. A caução em dinheiro será recolhida mediante depósito ou transferência identificada em conta bancária de titularidade do Município de Santo Amaro, cujos dados serão fornecidos pelo Setor de Licitações mediante solicitação ao e-mail santoamarolicitacao@gmail.com, feita até o dia útil anterior à data da sessão.

5.9. O comprovante da garantia e o catálogo, manual ou ficha técnica serão anexados no campo de documentos do sistema, cujo conteúdo somente é disponibilizado após o encerramento do envio de lances, vedada qualquer menção que identifique o licitante no campo de descrição da proposta.

5.10. A garantia deverá ter vigência mínima correspondente ao prazo de validade da proposta fixado neste Edital.

5.11. A garantia de proposta será devolvida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura da ata de registro de preços ou do contrato, ou da data em que for declarada fracassada a licitação (art. 58, § 2.º, da Lei n.º 14.133/2021).

5.12. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar a ata de registro de preços ou o contrato, ou a não apresentação dos documentos para a contratação (art. 58, § 3.º, da Lei n.º 14.133/2021).

5.13. DA ORDEM DOS ATOS: o certame observará a sequência de fases do art. 17 da Lei n.º 14.133/2021, com o julgamento das propostas anterior à habilitação, conforme o quadro a seguir, facultado ao licitante apresentar os documentos de habilitação antecipadamente, juntamente com a proposta inicial ou com a proposta realinhada:

Nº	ETAPA / ATO	PRAZO	FUNDAMENTO (LEI N.º 14.133/2021)
1	Apresentação da proposta inicial, do comprovante da garantia de proposta e do catálogo do equipamento, e etapa de lances; em seguida, julgamento, com verificação da garantia e do catálogo do licitante melhor classificado e, sucessivamente, dos demais convocados	Proposta, garantia e catálogo enviadas até a data e o horário de abertura da sessão; julgamento na sessão pública	Art. 17, incisos III e IV, e arts. 42, III, 58 e 59
2	Envio da proposta realinhada ao último lance ofertado	02 (duas) horas, contadas da convocação do Pregoeiro	Edital
3	Envio dos documentos de habilitação, após a aceitação da proposta realinhada, salvo se já apresentados antecipadamente com a proposta inicial ou realinhada	02 (duas) horas, contadas da convocação do Pregoeiro	Art. 63, inciso II, e arts. 62 a 70

5.14. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.15. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e valor total do item, observado o preço unitário máximo referencial constante da tabela do item 1.2 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

6.1.2. **Descrição detalhada do objeto, contendo as informações idênticas à especificação do Termo de Referência, com indicação da marca, do modelo das unidades evaporadora e condensadora, da capacidade de refrigeração, da tensão e da classificação de eficiência energética do equipamento ofertado, vedada a indicação genérica;**

6.2. A proposta deverá contemplar a quantidade total estimada de cada item cotado, não se admitindo oferta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital (art. 82, incisos II e IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. O preço registrado será único para cada item, qualquer que seja o órgão contratante, o local de entrega no Município ou o quantitativo de cada ordem de fornecimento, não se admitindo preços diferentes (art. 82, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto.

6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a atuação dos órgãos de controle externo, notadamente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA, e, após o devido processo legal, a responsabilização dos agentes públicos e da empresa contratada pelo ressarcimento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR TOTAL DO ITEM.

7.6. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, com adjudicação por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor **INFERIOR** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8.1. O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital, nos termos do art. 56, § 3.º, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 100,00 (cem reais), aplicado sobre o valor total do item, nos termos do art. 57 da Lei n.º 14.133/2021.

7.10 O modo de disputa adotado é o ABERTO, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.15 Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor

lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação aos itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte (itens 2 e 4), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.28 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.29 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.31 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.31.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.31.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.31.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.31.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.31.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

7.31.6 As regras de desempate deste subitem não prejudicam a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006 (art. 60, § 2.º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.32 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.32.1 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta realinhada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares necessários à análise da proposta, facultada a apresentação antecipada dos documentos de habilitação.

7.32.2 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.33 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, observado o dever de diligência do art. 59, § 2.º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.2.1 Constitui indício de inexecuibilidade a proposta inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração para o item, adotado como referência o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022, hipótese em que o Pregoeiro realizará diligência para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta, vedada a desclassificação sem essa providência (art. 59, inciso III e § 2.º, da Lei n.º 14.133/2021).

8.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no **prazo de 02h00min** sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.4.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.7 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.7.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.8 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9 Aceita a proposta realinhada, o Pregoeiro convocará o licitante para, no prazo de 02 (duas) horas, encaminhar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, sob pena de inabilitação, dispensada a reapresentação dos documentos já enviados antecipadamente com a proposta inicial ou com a proposta realinhada.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

92. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

93. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

94. Serão verificadas, ainda, as declarações previstas no subitem 9.5.6 do Termo de Referência, conforme os modelos dos Anexos III e IV, relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (art. 63, IV), à integralidade dos custos trabalhistas na proposta (art. 63, § 1.º) e, para fruição dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, ao enquadramento como ME/EPP e ao limite de receita bruta (art. 4.º, § 2.º, da Lei n.º 14.133/2021).

9.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- c) sociedade empresária, inclusive sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado das alterações supervenientes ou da consolidação respectiva e, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição dos administradores;
- d) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.6. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, mediante certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que abrange as contribuições sociais previdenciárias;
- d) prova de regularidade perante as Fazendas estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou certidão positiva com efeito de negativa;
- g) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal.

9.7. HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado compatível em características com o objeto do item a que o licitante concorrer, admitido o somatório de atestados e vedadas limitações de tempo e de

locais específicos;

- b) o atestado deverá conter, no mínimo: razão social, CNPJ e endereço do emitente; razão social do licitante; descrição dos bens fornecidos, quantidades e período do fornecimento; local e data de emissão; e identificação, cargo, contato e assinatura do responsável pela emissão;
- c) não serão aceitos atestados emitidos por empresa pertencente ao mesmo grupo econômico do licitante, assim consideradas as empresas controladas pelo licitante ou que tenham ao menos um sócio com poder de direção em comum;
- d) o Pregoeiro poderá promover diligência para confirmar a legitimidade dos atestados, solicitando notas fiscais, cópia do contrato ou outros documentos, nos termos do art. 64 da Lei n.º 14.133/2021, somente se exigindo reconhecimento de firma em caso de dúvida de autenticidade (art. 12, inciso V, da mesma Lei).

9.8. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (art. 69, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021);
- b) balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei (art. 69, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021);
- c) comprovação da boa situação financeira mediante índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um), obtidos pelas fórmulas: $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; $SG = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; $LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$, conforme quadro explicativo do subitem 9.5.4 do Termo de Referência;
- d) os documentos relativos ao balanço limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, § 6.º), e as empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficam autorizadas a substituí-los pelo balanço de abertura (art. 65, § 1.º);
- e) o licitante que apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou da soma dos itens para os quais apresentar proposta (art. 69, § 4.º);
- f) declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices exigidos (art. 69, § 1.º, da Lei n.º 14.133/2021);
- g) o licitante em recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente que ateste a homologação ou o acolhimento do plano de recuperação, sem prejuízo do atendimento das demais exigências deste item;
- h) os índices adotados são usualmente empregados na avaliação da situação econômico-financeira das empresas e foram fixados em patamar mínimo, compatível com o fornecimento parcelado de bens comuns, em observância à vedação do art. 69, § 5.º, da Lei n.º 14.133/2021;
- i) o quadro-resumo das exigências de habilitação consta do subitem 9.5.7 do Termo de Referência.

9.9. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação,

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.9.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.9.3. O Pregoeiro poderá diligenciar para verificar eventual tentativa de burla a sanção aplicada a outra pessoa física ou jurídica, mediante análise de vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros elementos (art. 14, § 3.º, da Lei nº 14.133/2021).

9.9.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

9.9.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.9.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e, uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e

trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.21. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA REALINHADA

10.1. A proposta realinhada, encaminhada no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta realinhada deverá ser documentada nos autos, e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, Inc. II da Lei nº 14.133/21).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso,

prevalecerão estes últimos.

104. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

105. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

106. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após o encerramento do envio de lances.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no **art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.**

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante (art. 165, § 1.º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.3.1. Declarado o vencedor, e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista será concedido o prazo de no mínimo 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por e-mail: santoamarolicitacao@gmail.com.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ata de registro de preços ou o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade competente, a quem compete adjudicar o objeto, por item, ao licitante declarado vencedor (art. 71, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021).

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Homologado o resultado, o licitante vencedor de cada item será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo VI) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, prorrogável uma vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e da execução da garantia de proposta.

14.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por Termo de Contrato, conforme a demanda do órgão gerenciador e de cada órgão participante, admitida a sua substituição por instrumento equivalente somente nas hipóteses do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O fornecedor registrado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, nas hipóteses do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021 (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização de Compra), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.6. Nas hipóteses do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, em que se admita a substituição do termo de contrato, o aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.6.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as

disposições da Lei nº 14.133/21;

14.6.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.6.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21.

14.7. O prazo de vigência da contratação tem sua previsão no instrumento contratual e no termo de referência.

14.8. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.9. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

14.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.11. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.12. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.13. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital (art. 82, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.14. As condições para alteração dos preços registrados e as hipóteses de cancelamento da ata e suas consequências constam das Cláusulas Sexta, Sétima e Nona da minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo VI deste Edital (art. 82, incisos VI e IX, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.15. Será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento, nos termos do art. 86, §§ 2.º e 3.º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 103 do Decreto Municipal n.º 968/2023, conforme a justificativa do subitem 14.5 do Termo de Referência e a Cláusula Décima da minuta da Ata (Anexo VI), observados os limites de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos de cada item por órgão ou entidade aderente e, na totalidade, do dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e os participantes (art. 86, §§ 4.º e 5.º).

15 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

15.1 Os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, assim considerada a data do Mapa de Preços que instrui o processo. Após esse interregno, serão reajustados pela variação acumulada do IPCA-E, na forma do subitem 12.5 do Termo de Referência, da Cláusula Quinta da minuta do contrato (Anexo II) e da Cláusula Sexta da minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo VI), em atenção ao art. 25, § 7.º, da Lei nº 14.133, de 2021.

16 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

18 DO PAGAMENTO

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3. não assinar a ata de registro de preços, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.1.5. fraudar a licitação

19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. advertência;

19.2.2. multa;

19.2.3. impedimento de licitar e contratar e

19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

19.3.2. as peculiaridades do caso concreto

19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

19.4.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

19.4.2. Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços ou o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à execução integral da garantia de proposta em favor do Município, nos termos do art. 58, § 3.º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de

inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19.15 As sanções por infrações praticadas no decorrer da contratação são as previstas no item 15 do Termo de Referência e na Cláusula Décima da minuta do contrato, Anexos I e II deste Edital.

20 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão ofertar melhor oferta ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

20.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o mais bem colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado, nas hipóteses previstas na Ata de Registro de Preços e no Decreto Municipal n.º 968/2023.

21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 Impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo site do bllcompras.com durante o período em que estiver disponível.

21.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.4 Acolhida a impugnação e esta impactar na reformulação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os

participantes e a administração.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início, e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

22.11 O Edital está disponibilizado na íntegra no sítio eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (<https://bllcompras.com>) e poderá ser solicitado via e-mail santoamarolicitacao@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no Setor de Licitações, sito à Rua do Imperador, Prédio Apolo, Centro, Santo Amaro – Bahia, por via presencial no horário de expediente das 08:00 às 14:00 horas, e por via eletrônica das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1 ANEXO I - Termo de Referência

22.12.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

22.12.3 ANEXO III – Modelo De Declarações

22.12.4 ANEXO IV – Modelo De Declaração De Enquadramento Como ME ou EPP

22.12.5 ANEXO V – Modelo de Proposta de Preço

22.12.6 ANEXO VI – Modelo de Ata de Registro de Preços

Santo Amaro, 08 de outubro de 2026

JUCIMARO DAMASCENO MUNIZ
Secretário Municipal de Gestão Administrativa – SEGAD
Órgão Gerenciador da Ata

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n.º 0275/2026

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA E CONFORME A DEMANDA, DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DO TIPO SPLIT, CICLO FRIO, COM TECNOLOGIA INVERTER, NAS CAPACIDADES DE 9.000, 12.000, 18.000 E 24.000 BTU/H, DESTINADOS À CLIMATIZAÇÃO DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO – BAHIA**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste instrumento, notadamente na tabela do item 1.2.

1.2. O objeto é composto por 4 (quatro) itens, julgados e adjudicados individualmente, com os quantitativos estimados e os valores médios unitários apurados na pesquisa de preços (Mapa de Preços). Os itens 1 e 3 destinam-se à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte e os itens 2 e 4 à ampla concorrência, na forma do subitem 9.6, assim discriminados:

RELAÇÃO DE ITENS – JULGAMENTO POR MENOR PREÇO POR ITEM					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR TOTAL
ITEM 1 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP					
1	<u>APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 9.000 BTU/H,</u> ciclo frio, tecnologia inverter, frequência 60 Hz, tensão de alimentação 220 V ou 110 V, conforme indicado na ordem de fornecimento, classificação de eficiência energética classe A ou superior na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, fluido refrigerante que não agrida a camada de ozônio, compressor adequado à capacidade do equipamento, controle remoto sem fio, funções de refrigeração, ventilação, desumidificação e ajuste de temperatura, controle de velocidade do ventilador, timer e modo automático. Unidades evaporadora e condensadora, filtros de ar laváveis/removíveis, display indicador e sistema de proteção contra falhas elétricas, acompanhado dos acessórios necessários à instalação e ao funcionamento. Equipamento novo, de primeiro uso, com garantia técnica conforme o subitem 5.4.	UNID	30	R\$ 2.027,33	R\$ 60.819,90
VALOR TOTAL DO ITEM				R\$ 60.819,90	
SESSENTA MIL E OITOCENTOS E DEZENOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS					

ITEM 2 – AMPLA CONCORRÊNCIA

2	<u>APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 12.000 BTU/H</u> , ciclo frio, tecnologia inverter, frequência 60 HZ, tensão de alimentação 220 V ou 110 V, conforme indicado na ordem de fornecimento, classificação de eficiência energética classe A ou superior na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, fluido refrigerante que não agrida a camada de ozônio, compressor adequado à capacidade do equipamento, controle remoto sem fio, funções de refrigeração, ventilação, desumidificação e ajuste de temperatura, controle de velocidade do ventilador, timer e modo automático. Unidades evaporadora e condensadora, filtros de ar laváveis/removíveis, display indicador e sistema de proteção contra falhas elétricas, acompanhado dos acessórios necessários à instalação e ao funcionamento. Equipamento novo, de primeiro uso, com garantia técnica conforme o subitem 5.4.	UNID	65	R\$ 2.623,70	R\$ 170.540,50	
VALOR TOTAL DO ITEM					R\$ 170.540,50	
CENTO E SETENTA MIL E QUINHENTOS E QUARENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS						

ITEM 3 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP

3	<u>APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 18.000 BTU/H</u>, ciclo frio, tecnologia inverter, frequência 60 Hz, tensão de alimentação 220 V ou 110 V, conforme indicado na ordem de fornecimento, classificação de eficiência energética classe A ou superior na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, fluido refrigerante que não agrida a camada de ozônio, compressor adequado à capacidade do equipamento, controle remoto sem fio, funções de refrigeração, ventilação, desumidificação e ajuste de temperatura, controle de velocidade do ventilador, timer e modo automático. Unidades evaporadora e condensadora, filtros de ar laváveis/removíveis, display indicador e sistema de proteção contra falhas elétricas, acompanhado dos acessórios necessários à instalação e ao funcionamento. Equipamento novo, de primeiro uso, com garantia técnica conforme o subitem 5.4.	UNID	15	R\$ 3.592,78	R\$ 53.891,70	
VALOR TOTAL DO ITEM					R\$ 53.891,70	
CINQUENTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SETENTA CENTAVOS						

ITEM 4 – AMPLA CONCORRÊNCIA

4	<u>APARELHO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 24.000 BTU/H</u> , ciclo frio, tecnologia inverter, frequência 60 Hz, tensão de alimentação 220 V ou 110 V, conforme indicado na ordem de fornecimento, classificação de eficiência energética classe A ou superior na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, fluido refrigerante que não agrida a camada de ozônio, compressor adequado à capacidade do equipamento, controle remoto sem fio, funções de refrigeração, ventilação, desumidificação e ajuste de temperatura, controle de velocidade do ventilador, timer e modo automático. Unidades evaporadora e condensadora, filtros de ar laváveis/removíveis, display indicador e sistema de proteção contra falhas elétricas, acompanhado dos acessórios necessários à instalação e ao funcionamento. Equipamento novo, de primeiro uso, com garantia técnica conforme o subitem 5.4.	UNID	20	R\$ 4.195,00	R\$ 83.900,00
VALOR TOTAL DO ITEM					R\$ 83.900,00
OITENTA E TRÊS MIL E NOVECENTOS REAIS					

VALOR TOTAL ESTIMADO (SOMA DOS ITENS)	R\$ 369.152,10
TREZENTOS E SESENTA E NOVE MIL E CENTO E CINQUENTA E DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS	

1.3. Os bens objeto desta contratação classificam-se como bens comuns, nos termos do art. 6.º, XIII, da Lei n.º 14.133/2021, porquanto seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço registrado permanece vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei n.º 14.133/2021.

1.5. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da ata terão vigência fixada no respectivo instrumento, observado o disposto nos arts. 95 e 105 da Lei n.º 14.133/2021, e não se confundem com a vigência da própria ata.

1.6. O registro de preços não obriga a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos registrados, que constituem estimativa máxima de consumo, ficando as contratações condicionadas à demanda efetiva e à disponibilidade orçamentária.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação fundamenta-se no Documento de Formalização da Demanda – DFD apresentado pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa (art. 12, VII, da Lei n.º 14.133/2021) e no Estudo Técnico Preliminar – ETP que instrui o processo (art. 18 da Lei n.º 14.133/2021), o qual, após análise comparativa das alternativas de mercado, inclusive entre aquisição e locação, concluiu pela viabilidade técnica e econômica da aquisição mediante Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com julgamento pelo menor preço por item e adjudicação por item.

2.2. Este Termo de Referência é elaborado em conformidade com o art. 6.º, XXIII, da Lei n.º 14.133/2021, contemplando a definição do objeto, a fundamentação da contratação, a descrição da solução como um todo, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, o modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e de pagamento, a forma e os critérios de seleção do fornecedor, as estimativas do valor da contratação e a adequação orçamentária.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. As Secretarias Municipais de Santo Amaro mantêm, de forma contínua, setores administrativos, unidades de atendimento ao público, salas de reunião e demais ambientes em que servidores desempenham suas atividades e em que a população é recebida, cuja utilização adequada depende de condições de conforto térmico, em razão das temperaturas elevadas que predominam na região durante a maior parte do ano.

3.2. Parte desses ambientes não dispõe de climatização ou conta com equipamentos que demandam substituição por desgaste, defeito ou obsolescência, o que compromete o conforto térmico de servidores e usuários, a produtividade das equipes, a qualidade do atendimento e a conservação dos equipamentos eletrônicos instalados nos setores.

3.3. A necessidade, registrada no DFD e no ETP que instruem o processo, manifesta-se de forma gradual e distribuída entre as Secretarias, razão pela qual o atendimento consolidado por registro de preços evita aquisições isoladas e urgentes por unidade, com perda de escala e risco de fracionamento da despesa, e favorece a adoção de equipamentos de maior eficiência energética, em atenção ao art. 11, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução consiste na aquisição parcelada, mediante Sistema de Registro de Preços, dos bens relacionados na tabela do item 1.2, com Ata de Registro de Preços de

vigência de 12 (doze) meses e contratações conforme a demanda efetiva das Secretarias, mediante emissão de ordens de fornecimento.

4.2. Integram a solução: o fornecimento dos equipamentos novos, de primeiro uso, com unidades evaporadora e condensadora, controle remoto e acessórios necessários à instalação e ao funcionamento, nas capacidades e especificações da tabela do item 1.2; a entrega nos locais indicados nas ordens de fornecimento; a garantia técnica e a assistência técnica na forma do subitem 5.4; e a substituição dos equipamentos entregues em desacordo.

4.3. Não integram a solução a instalação dos equipamentos, a execução de infraestrutura elétrica ou de suporte nos locais de uso e a manutenção preventiva e corretiva após o recebimento, que serão asseguradas pela Administração na forma indicada no ETP, nem serviços continuados de qualquer natureza.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. REQUISITOS GERAIS

- a) os bens deverão ser novos, de primeiro uso, entregues em embalagens íntegras e acompanhados dos documentos fiscais correspondentes;
- b) os bens deverão atender integralmente às especificações técnicas da tabela do item 1.2, às normas técnicas brasileiras e aos regulamentos de avaliação da conformidade aplicáveis a condicionadores de ar;
- c) não serão aceitos equipamentos de mostruário, recondicionados, com sinais de uso, com avarias de transporte ou com embalagem violada;
- d) a proponente deverá indicar, na proposta, a marca, o modelo das unidades evaporadora e condensadora, a capacidade de refrigeração, a tensão e a classificação de eficiência energética do equipamento ofertado, vedada a indicação genérica.

5.2. REQUISITOS TÉCNICOS DOS EQUIPAMENTOS

- a) os equipamentos deverão ser do tipo split, ciclo frio, com tecnologia inverter e capacidade nominal de refrigeração correspondente à do item, conforme informado pelo fabricante e na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE;
- b) a classificação de eficiência energética classe A ou superior será verificada pela ENCE e pelas tabelas de eficiência energética do Programa Brasileiro de Etiquetagem, coordenado pelo Inmetro, mediante o catálogo, manual ou ficha técnica do fabricante exigido na alínea "c", na forma do art. 42, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021;
- c) juntamente com a proposta inicial, o licitante apresentará catálogo, manual ou ficha técnica do fabricante do equipamento ofertado, em português, que permita aferir a capacidade nominal de refrigeração, o ciclo frio, a tecnologia inverter, a tensão de alimentação e a classificação de eficiência energética na ENCE, admitidos o link oficial do fabricante e a consulta às tabelas do Programa Brasileiro de Etiquetagem do Inmetro; o documento será analisado na fase de julgamento, em relação ao licitante melhor classificado, e sua ausência ou insuficiência poderá ser suprida mediante diligência (art. 64 da Lei n.º 14.133/2021), desde que o equipamento ofertado já atendesse às especificações na data da proposta, sob pena de desclassificação; não será exigida amostra, por se tratar de equipamento padronizado, de conformidade aferível por documentação técnica e etiquetagem compulsória.

5.3. REQUISITOS DE ENTREGA E DOCUMENTAÇÃO

- a) cada equipamento será entregue em embalagem original do fabricante, lacrada, acompanhado de manual de instalação e de operação em língua portuguesa, certificado de garantia e relação da rede de assistência técnica;
- b) a contratada informará, na entrega, as condições exigidas pelo fabricante para a instalação e para a validade da garantia, inclusive quanto à qualificação do instalador;

c) a tensão de alimentação de cada equipamento será a indicada na ordem de fornecimento, sem alteração do preço unitário registrado.

d) os acessórios que acompanham o equipamento são os originais de fábrica (controle remoto, suporte do controle, manuais e itens de fixação fornecidos pelo fabricante), não compreendendo tubulação frigorígena, cabos, suportes de condensadora e demais materiais de instalação, que não integram o objeto (subitem 4.3).

5.4. GARANTIA TÉCNICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

a) os equipamentos terão garantia técnica de, no mínimo, 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo, ou a garantia oferecida pelo fabricante, se superior, sem prejuízo da garantia legal; durante esse prazo, os vícios deverão ser sanados pela contratada ou pela assistência técnica autorizada do fabricante, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da comunicação, findo o qual o equipamento deverá ser substituído por outro novo, de mesmo modelo ou superior, em consonância com o art. 18, § 1.º, da Lei n.º 8.078/1990.

5.5. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

a) serão observados critérios de sustentabilidade compatíveis com o objeto, em atenção ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5.º da Lei n.º 14.133/2021), com exigência de eficiência energética classe A ou superior, fluido refrigerante que não agrida a camada de ozônio e embalagens preferencialmente recicláveis;

b) a contratada, na condição de comerciante ou distribuidora de produto eletroeletrônico, observará as obrigações de logística reversa previstas no art. 33, inciso VI, da Lei n.º 12.305/2010, na forma da regulamentação aplicável.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. As quantidades correspondem à estimativa do consumo provável no período de vigência da ata, na forma do art. 40, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021, fixada pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, na condição de órgão gerenciador, conforme memória de cálculo que integra o Estudo Técnico Preliminar.

6.2. O detalhamento das quantidades por item consta da tabela do item 1.2, que contempla 4 (quatro) itens, julgados individualmente, totalizando 130 (cento e trinta) unidades, em conformidade com o Mapa de Preços que instrui o processo.

6.3. Os quantitativos registrados constituem estimativa máxima para o período de vigência da ata, não estando a Administração obrigada a adquiri-los integralmente.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 369.152,10 (trezentos e sessenta e nove mil, cento e cinquenta e dois reais e dez centavos)**, correspondente à soma dos valores estimados dos 4 (quatro) itens, apurado mediante pesquisa de preços realizada na forma do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021, com 3 (três) preços por item obtidos em contratações similares de outros entes públicos e adoção da média aritmética como valor referencial, conforme Mapa de Preços e relatório de cotação que integram os autos.

7.2. Os preços unitários referenciais de cada item correspondem aos valores médios consignados na tabela do item 1.2, extraídos do Mapa de Preços, e constituem o preço máximo aceitável por item. Não se adotará orçamento sigiloso, permanecendo os preços referenciais acessíveis aos interessados.

7.3. Serão desclassificadas as propostas que contiverem vícios insanáveis, não obedecerem às especificações técnicas, apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do valor estimado para a contratação, nos termos do art. 59 da Lei n.º 14.133/2021.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Por se tratar de licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é dispensada na fase de registro, sendo exigida apenas por ocasião da formalização de cada contrato ou instrumento equivalente dela decorrente, consoante a disciplina do Sistema de Registro de Preços.

8.2. As despesas decorrentes das contratações correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas às Secretarias contratantes no exercício correspondente, a serem indicadas em cada instrumento contratual.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. MODALIDADE E FORMA

9.1.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, para registro de preços, nos termos do art. 6.º, XLI, do art. 17, § 2.º, do art. 29 e dos arts. 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021.

9.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.2.1. O critério de julgamento será o **menor preço por item** (art. 33, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021), com adjudicação por item, sagrando-se vencedor de cada item o licitante que ofertar o menor preço unitário, observado o preço unitário máximo referencial constante da tabela do item 1.2.

9.2.2. A adjudicação por item decorre do princípio do parcelamento (art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei n.º 14.133/2021) e da Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar. Os itens correspondem a equipamentos autônomos, instalados em ambientes distintos e sem integração técnica que imponha fornecedor único, não se verificando a inviabilidade da adjudicação por item exigida pelo art. 82, § 1.º, da mesma Lei para o julgamento por grupo de itens.

9.3. MODO DE DISPUTA

9.3.1. Será adotado o modo de **disputa aberto**, nos termos do art. 56, I, da Lei n.º 14.133/2021, conforme regras detalhadas no edital.

9.4. GARANTIA DE PROPOSTA

9.4.1. Será exigida, como requisito de pré-habilitação, a comprovação do recolhimento de garantia de proposta no montante de 1% (um por cento) do valor estimado do item ou da soma dos itens para os quais o licitante apresentar proposta, conforme a tabela do item 1.2, nos termos do art. 58, caput e § 1.º, da Lei n.º 14.133/2021, que fixa esse percentual como limite máximo.

9.4.2. A garantia poderá ser prestada, à escolha do licitante, em qualquer das modalidades previstas no § 1.º do art. 96 da Lei n.º 14.133/2021, aplicável por força do § 4.º do art. 58 da mesma Lei:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

9.4.3. O seguro-garantia deverá ser emitido por seguradora autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e a garantia, em qualquer modalidade, deverá ter vigência mínima correspondente ao prazo de validade da proposta fixado no edital.

9.4.4. O comprovante da garantia deverá ser apresentado juntamente com a proposta, na forma do edital, e a sua ausência impedirá a aceitação da proposta. A caução em dinheiro será recolhida em conta bancária de titularidade do Município, na forma indicada no edital.

9.4.5. A garantia de proposta será devolvida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura da ata de registro de preços ou do contrato, ou da data em que for declarada fracassada a licitação, nos termos do art. 58, § 2.º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.4.6. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar a ata de registro de preços ou o contrato, ou a não apresentação dos documentos para a contratação, nos termos do art. 58, § 3.º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.4.7. A exigência visa assegurar a seriedade das propostas e resguardar a Administração contra desistências injustificadas após a disputa, que frustram o registro de preços e impõem a repetição do procedimento, com percentual limitado ao teto legal de 1% (um por cento) do valor estimado.

9.5. HABILITAÇÃO

9.5.1. Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante vencedor, após o julgamento das propostas, nos termos do art. 63, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, limitados ao indispensável à garantia do cumprimento das obrigações, conforme os arts. 62 a 70 da mesma Lei, e poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital (art. 70, inciso II).

9.5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei n.º 14.133/2021):

- a) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- c) sociedade empresária, inclusive sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado das alterações supervenientes ou da consolidação respectiva e, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição dos administradores;
- d) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.5.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei n.º 14.133/2021):

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, mediante certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que abrange as contribuições sociais previdenciárias;
- d) prova de regularidade perante as Fazendas estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou certidão positiva com efeito de negativa;

g) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal.

9.5.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que com restrição, assegurado o prazo de regularização previsto no art. 43, § 1.º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

9.5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei n.º 14.133/2021):

a) balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei (art. 69, inciso I);

b) os documentos da alínea "a" limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, § 6.º), e as empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficam autorizadas a substituí-los pelo balanço de abertura (art. 65, § 1.º);

c) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (art. 69, inciso II);

d) comprovação da boa situação financeira mediante índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um), obtidos pelas fórmulas: $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; $SG = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; $LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$;

ÍNDICE	FÓRMULA	O QUE MEDE	EXIGÊNCIA
Liquidez Geral (LG)	$(AC + RLP) \div (PC + PNC)$	Capacidade de pagar todas as obrigações de curto e de longo prazo com os bens e direitos realizáveis no curto e no longo prazo.	Superior a 1 (um)
Solvência Geral (SG)	$AT \div (PC + PNC)$	Grau de garantia que o total dos bens e direitos da empresa oferece para o pagamento de todas as suas dívidas.	Superior a 1 (um)
Liquidez Corrente (LC)	$AC \div PC$	Capacidade de pagar as obrigações de curto prazo com os recursos de curto prazo.	Superior a 1 (um)
Legenda: AC = Ativo Circulante; RLP = Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo Não Circulante; AT = Ativo Total. Valores extraídos do balanço patrimonial exigido na alínea "a".			

e) o licitante que apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou da soma dos itens para os quais apresentar proposta (art. 69, § 4.º);

f) declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices exigidos (art. 69, § 1.º);

g) o licitante em recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente que ateste a homologação ou o acolhimento do plano de recuperação, sem prejuízo do atendimento das demais exigências desta alínea.

9.5.4.1. Os índices adotados são usualmente empregados na avaliação da situação econômico-financeira das empresas e foram fixados em patamar mínimo, compatível com o fornecimento parcelado de bens comuns, em observância à vedação do art. 69, § 5.º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.5.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei n.º 14.133/2021):

a) atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado compatível em características com o objeto do item a que o licitante concorrer, admitido o somatório de atestados e vedadas limitações de tempo e de locais específicos;

b) o atestado deverá conter, no mínimo: razão social, CNPJ e endereço do emitente; razão social do licitante; descrição dos bens fornecidos, quantidades e período do fornecimento; local e data de emissão; e identificação, cargo, contato e assinatura do responsável pela emissão;

c) não serão aceitos atestados emitidos por empresa pertencente ao mesmo grupo econômico do licitante, assim consideradas as empresas controladas pelo licitante ou que tenham ao menos um sócio com poder de direção em comum;

d) o Pregoeiro poderá promover diligência para confirmar a legitimidade dos atestados, solicitando notas fiscais, cópia do contrato ou outros documentos, nos termos do art. 64 da Lei n.º 14.133/2021, somente se exigindo reconhecimento de firma em caso de dúvida de autenticidade (art. 12, inciso V).

9.5.6. DECLARAÇÕES:

a) declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas (art. 63, inciso I);

b) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (art. 63, inciso IV);

c) declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação (art. 63, § 1.º);

d) para os licitantes que pretendam usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte e de observância do limite de receita bruta previsto no art. 4.º, § 2.º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.5.7. QUADRO-RESUMO DA HABILITAÇÃO: as exigências deste item e a garantia de proposta do subitem 9.4 consolidam-se no quadro a seguir:

BLOCO	DOCUMENTO / EXIGÊNCIA	FUNDAMENTO (LEI N.º 14.133/2021)
Garantia de proposta	Comprovante de garantia de 1% do valor estimado do item ou da soma dos itens cotados, em uma das modalidades do art. 96, § 1.º	Art. 58
Habilitação jurídica	Registro ou ato constitutivo conforme a natureza do licitante (empresário individual, MEI, sociedade empresária, sociedade simples ou sociedade estrangeira)	Art. 66
Regularidade fiscal	Inscrição no CNPJ	Art. 68, I
Regularidade fiscal	Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal	Art. 68, II
Regularidade fiscal	Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União (RFB/PGFN)	Art. 68, III e IV
Regularidade fiscal	Certidões de regularidade com as Fazendas estadual e municipal do domicílio ou sede	Art. 68, III
Regularidade fiscal	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF	Art. 68, IV
Regularidade trabalhista	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou positiva com efeito de negativa	Art. 68, V
Regularidade trabalhista	Declaração de cumprimento do art. 7.º, XXXIII, da Constituição Federal	Art. 68, VI

BLOCO	DOCUMENTO / EXIGÊNCIA	FUNDAMENTO (LEI N.º 14.133/2021)
Econômico-financeira	Balanço patrimonial, DRE e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou do último exercício, ou balanço de abertura, conforme o caso	Art. 69, I e § 6.º; art. 65, § 1.º
Econômico-financeira	Certidão negativa de feitos sobre falência do distribuidor da sede	Art. 69, II
Econômico-financeira	Índices LG, SG e LC superiores a 1 (um) ou, alternativamente, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado	Art. 69, caput e §§ 4.º e 5.º
Econômico-financeira	Declaração de profissional habilitado da área contábil quanto ao atendimento dos índices	Art. 69, § 1.º
Qualificação técnica	Atestado de capacidade técnica de fornecimento de aparelhos de ar-condicionado compatível em características com o item	Art. 67
Declarações	Atendimento aos requisitos de habilitação	Art. 63, I
Declarações	Cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social	Art. 63, IV
Declarações	Proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas	Art. 63, § 1.º
Declarações	Enquadramento como ME/EPP e observância do limite de receita bruta, para fruição dos benefícios da LC n.º 123/2006	Art. 4.º, § 2.º; LC n.º 123/2006

9.6. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.6.1. Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 e no art. 4.º da Lei n.º 14.133/2021, observadas as seguintes regras: a) os itens 1 e 3, cujos valores estimados não ultrapassam R\$ 80.000,00, destinam-se à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006; b) os itens 2 e 4, cujos valores estimados ultrapassam esse limite, serão disputados em ampla concorrência, admitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte; c) ficam assegurados, ainda, o empate ficto (arts. 44 e 45) e a regularização tardia da documentação fiscal, social e trabalhista (art. 43, § 1.º) da referida Lei Complementar.

9.6.2. Não se reservará cota de até 25% (vinte e cinco por cento) nos itens 2 e 4, com fundamento no art. 49, inciso III, da Lei Complementar n.º 123/2006. Os itens 1 e 3, de participação exclusiva, já destinam às microempresas e empresas de pequeno porte R\$ 114.711,60, o equivalente a 31,07% do valor estimado da contratação. O fracionamento dos itens 2 e 4 em cotas de 16 e de 5 unidades levaria ao registro de dois fornecedores para o mesmo equipamento, com marcas, modelos e redes de assistência técnica distintos em uma mesma capacidade, o que compromete a padronização do parque de climatização, dificulta a gestão da garantia e reduz a economia de escala, em prejuízo do conjunto do objeto. As microempresas e empresas de pequeno porte permanecem aptas a disputar esses itens, com a preferência do empate ficto.

9.7. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

9.7.1. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio. A vedação justifica-se, nos termos do art. 15 da Lei n.º 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, de baixa complexidade, amplamente ofertados no mercado e adjudicados por item, em valor compatível com a capacidade de fornecedores isolados, inclusive de pequeno porte, de modo que a reunião de empresas não amplia a competitividade e pode reduzir o número de propostas independentes.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. ORDEM DE FORNECIMENTO

10.1.1. Os fornecimentos serão realizados de forma parcelada, mediante emissão de ordem de fornecimento pelo órgão gerenciador ou pela Secretaria participante contratante, na qual constarão os itens, os quantitativos, a tensão de alimentação de cada equipamento, o local e o prazo de entrega.

10.2. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

10.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, no almoxarifado da Secretaria contratante ou em outro local indicado na ordem, no território do Município de Santo Amaro – Bahia, em dias úteis e no horário de expediente, correndo por conta da contratada as despesas de frete, carga e descarga.

10.2.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, a critério da Administração, mediante justificativa escrita apresentada pela contratada antes do vencimento, desde que não haja prejuízo ao atendimento das unidades a que se destinam os equipamentos.

10.3. RECEBIMENTO DO OBJETO

10.3.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações, e definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade e da quantidade, inclusive quanto a marca, modelo, capacidade, tensão e integridade dos equipamentos, e consequente aceitação, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

10.3.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela qualidade e pela segurança dos equipamentos, nem as obrigações decorrentes da garantia técnica e da garantia legal.

10.4. REJEIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

10.4.1. Os equipamentos entregues em desacordo com as especificações, com marca ou modelo diverso do ofertado, com capacidade ou tensão diversa da solicitada, ou que apresentem avarias ou defeitos, serão rejeitados, devendo a contratada substituí-los, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A gestão e a fiscalização da ata e dos contratos dela decorrentes serão exercidas por gestor e fiscais formalmente designados pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei n.º 14.133/2021, aos quais incumbirá acompanhar a execução, conferir as entregas em face das ordens de fornecimento, inclusive quanto a marca, modelo, capacidade e tensão, acionar a garantia técnica, atestar as notas fiscais e registrar as ocorrências, adotando as providências necessárias à sua regularização.

11.2. A comunicação entre a Administração e a contratada dar-se-á preferencialmente por escrito, admitido o uso de correio eletrônico institucional, com registro nos autos.

11.3. A contratada deverá manter preposto para representá-la durante a execução, bem como manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação exigidas na licitação (art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021).

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. A medição corresponderá aos quantitativos efetivamente entregues e definitivamente recebidos, conferidos em face da respectiva ordem de fornecimento.

12.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização, mediante crédito em conta bancária indicada pela contratada, observada a ordem cronológica de pagamentos (art. 141 da Lei n.º 14.133/2021).

12.3. Para fins de pagamento, a contratada deverá comprovar a manutenção da regularidade fiscal, social e trabalhista exigida na habilitação.

12.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.

12.5. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado. Após esse interregno, hipótese que alcança a ata prorrogada e os contratos dela decorrentes, os preços serão reajustados pela variação acumulada do IPCA-E, em atenção ao art. 25, § 7.º, e ao art. 92, § 3.º, da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo da revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses do art. 124, II, "d", da mesma Lei e da atualização dos preços registrados na forma da disciplina do Sistema de Registro de Preços.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. Não será exigida garantia de execução contratual, faculdade conferida à Administração pelo art. 96 da Lei n.º 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, fornecimento parcelado de bens comuns, com pagamento posterior ao recebimento definitivo, que confere à Administração instrumentos suficientes de resguardo, sem prejuízo da garantia técnica prevista no subitem 5.4 e da garantia legal dos bens.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será o Município de Santo Amaro, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SEGAD, a quem incumbirá a prática dos atos de controle e administração do sistema, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021.

14.2. São órgãos participantes: SME, SMS, SEINFRA, SMDSH, SCTEL, SMSPOP, SEFAZ e Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos, cabendo a cada participante a emissão das ordens de fornecimento e a gestão das contratações que celebrar, dentro dos quantitativos registrados.

14.3. O registro do fornecedor será cancelado nas hipóteses legais, assegurados o contraditório e a ampla defesa, notadamente quando o fornecedor descumprir as condições da ata, não retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido sem justificativa aceitável ou não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado.

14.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

14.5. Será admitida a adesão à ata por órgãos e entidades da Administração Pública municipal não participantes (art. 86, § 3.º, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021), observados os requisitos do § 2.º e os limites dos §§ 4.º e 5.º do mesmo artigo, bem como o art. 103 do Decreto Municipal n.º 968/2023. A previsão justifica-se pelo aproveitamento, por outros órgãos, do procedimento já realizado e da economia de escala obtida, sem prejuízo dos quantitativos reservados ao órgão gerenciador e aos participantes.

14.6. O licitante vencedor será convocado para assinar a ata no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, prorrogável uma vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

14.7. Incumbe ao órgão gerenciador: conduzir os atos de gestão da ata; controlar os saldos dos quantitativos registrados e as adesões; promover as negociações, as alterações e as revisões de preços cabíveis; convocar o cadastro de reserva, quando necessário; e aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento da ata.

14.8. Incumbe à detentora da ata: assinar a ata no prazo fixado; manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação; atender às ordens de fornecimento dentro dos quantitativos e dos preços registrados, no prazo do subitem 10.2.1; e comunicar ao órgão gerenciador qualquer fato que possa comprometer o fornecimento.

14.9. A proposta deverá contemplar a quantidade total estimada de cada item cotado, vedada a oferta em quantitativo inferior; o preço registrado será único para cada item, qualquer que seja o órgão contratante ou o local de entrega; e é vedada a participação do órgão em mais de uma ata com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo se registrado quantitativo inferior ao máximo previsto (art. 82, incisos II, III, IV e VIII, da Lei n.º 14.133/2021).

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado que incorrer nas infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 sujeitar-se-á, garantidos o contraditório e a ampla defesa, às seguintes sanções, na forma do art. 156 da mesma lei:

- a) advertência, quando se tratar de infração administrativa de menor gravidade;
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado na entrega, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento);
- c) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial, ou de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total, observados os limites do art. 156, § 3.º, da Lei n.º 14.133/2021;
- d) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nas hipóteses do art. 156, § 4.º, da Lei n.º 14.133/2021;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nas hipóteses do art. 156, § 5.º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.2. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à contratada ou cobradas administrativa ou judicialmente, e a sua aplicação não impede a cumulação com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7.º, da Lei n.º 14.133/2021.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integra o presente Termo de Referência, para todos os fins, o Mapa de Preços constante dos autos, do qual foram extraídos os quantitativos e os valores médios unitários consignados na tabela do item 1.2, correspondente ao detalhamento dos 4 (quatro) itens.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/2021, dos princípios gerais de direito administrativo e das demais normas aplicáveis.

Santo Amaro – Bahia, 22 de setembro de 2026.

JUCIMARO DAMASCENO MUNIZ
Sec. De Gestão Administrativa - SEGAD

MARILIA ROCHA DAS NEVES
Secretaria Municipal de Educação - SME

DÉBORA VEIGA CAYMMI
Secretaria Municipal de Saúde - SMS

ANA JULIETA MONTEIRO DE MELO
Sec. De Desenvolvimento Social e Habitação

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO ____/2026

(Processo Administrativo nº 0275/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026, QUE FAZEM
ENTRE SI A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO -**
BA, E A PESSOA JURÍDICA

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO - BA**, com sede na
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o nº
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a)
no CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXX,
doravante denominado **CONTRATANTE**, e a pessoa jurídica a **EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXX**, inscrição **CNPJ**
Nº XXXXXXXXXXXXXXX, com endereço comercial à Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade XXXXXXXXXXXX expedida pela (o) SSP/BA e
CPF XXXXXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 0275/2026 e em observância às
disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o
presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico Nº 0026/2026* mediante as cláusulas e condições
a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. *O objeto do presente instrumento é a aquisição, de forma parcelada e conforme a demanda, de aparelhos de ar-condicionado do tipo split, ciclo frio, com tecnologia inverter, destinados à climatização dos ambientes de trabalho e de atendimento ao público das Secretarias do Município de Santo Amaro – Bahia, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, que integram este instrumento.*
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. A Proposta do contratado;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura, observado o art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado, nos termos do art. 111 da mesma Lei.*
- 2.2. *A prorrogação automática não exime o contratado da constituição em mora e das sanções cabíveis quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa sua, nem impede a Administração de optar pela extinção do contrato (art. 111, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....),

5.2. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado. Após esse interregno, mediante requerimento do contratado, os preços poderão ser reajustados pela variação do IPCA-E acumulada no período, por simples apostila (arts. 25, § 7.º, 92, § 3.º, e 136, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização, observada a ordem cronológica de pagamentos (art. 141 da Lei nº 14.133, de 2021), na forma do item 12 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto da licitação no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.8. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **15 (quinze) dias**.

7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros,

ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. *Entregar o objeto acompanhado de manual de instalação e de operação em língua portuguesa, certificado de garantia e relação da rede de assistência técnica autorizada, prestando a garantia técnica prevista no subitem 5.4 do Termo de Referência;*

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento ou o cumprimento dos prazos de entrega;

8.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.16. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

8.17. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 10.1 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 10.1 deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. Multa:

- 1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado na entrega, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento);

2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial;
3. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total;
4. Para as infrações de apresentação de documentação ou declaração falsa, ato fraudulento, comportamento inidôneo ou ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846/2013, multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº

14.133, de 2021).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo contratante decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. *O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que antes do prazo estipulado, observado o art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021, quanto à prorrogação automática do prazo de vigência.*

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A rubrica será disponibilizada no momento da realização do ato contratual, posterior a ata de registro

de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, como condição indispensável para a sua eficácia, nos termos do art. 94 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e no sítio oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da comarca de Santo Amaro – BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATADO

Representante legal do CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

1-

2-

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES

MODELO DE DECLARAÇÕES

(Este anexo é um modelo e deve ser feito preferencialmente em papel timbrado do licitante)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – BA,....de de 2026

Ilmº. Sr.

Pregoeiro (a) Oficial do Município de Santo Amaro – Bahia. Ref.:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0026/2026

A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (NOME),

DECLARA para os devidos fins, nunca ter sido declarada inidônea para licitar e celebrar contratos com a administração pública, e que está de acordo com as exigências do presente Edital;

DECLARA também, sob as penalidades da lei, que não existe fato superveniente impeditivo contra sua habilitação, assim como se obriga a declarar a ocorrência de fatos futuros;

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal de 1988;

DECLARA que está plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições do presente Edital;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021);

DECLARA que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1.º, da Lei n.º 14.133/2021);

DECLARA que atende aos requisitos de habilitação previstos no Edital e no Termo de Referência, respondendo pela veracidade das informações prestadas, sob as penas da lei (art. 63, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021);

DECLARA que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nem possui sócio, administrador ou representante que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de tais agentes (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021);

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)
(Identificação)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO

R. G. n.º XX.XXX.XXX-X SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX

Carimbo da empresa:

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP

(Este anexo é um modelo e deve ser feito preferencialmente em papel timbrado do licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0026/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal ou credenciado Sr (a). _____, portador do Documento de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara, ainda, que, no ano-calendário de realização desta licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4.º, § 2.º, da Lei n.º 14.133/2021).

_____, _____ de _____ 2026.

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)
(Identificação)

R. G. n.º XX.XXX.XXX-X SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Proposta de Preço para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Att.: Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx inscrita no CNPJ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, apresenta proposta de preço referente ao objeto xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, do Pregão Eletrônico nº 0026/2026, acatando todas as especificações deste Edital, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	U/F	QUANT.	PREÇO	
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aparelho de ar-condicionado split, 9.000 BTU/h, ciclo frio, inverter, conforme especificação do Termo de Referência. Marca/Modelo (evaporadora e condensadora): _____ Tensão: _____ Classe de eficiência energética (ENCE): _____	UN	30		
2	Aparelho de ar-condicionado split, 12.000 BTU/h, ciclo frio, inverter, conforme especificação do Termo de Referência. Marca/Modelo (evaporadora e condensadora): _____ Tensão: _____ Classe de eficiência energética (ENCE): _____	UN	65		
3	Aparelho de ar-condicionado split, 18.000 BTU/h, ciclo frio, inverter, conforme especificação do Termo de Referência. Marca/Modelo (evaporadora e condensadora): _____ Tensão: _____ Classe de eficiência energética (ENCE): _____	UN	15		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO

4	Aparelho de ar-condicionado split, 24.000 BTU/h, ciclo frio, inverter, conforme especificação do Termo de Referência. Marca/Modelo (evaporadora e condensadora): _____ Tensão: _____ Classe de eficiência energética (ENCE): _____	UN	20		
TOTAL					

O valor total é de: xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto.

Atenciosamente,

xxxxxxxxxxxxxx, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2026

A validade da Proposta é de: 60 dias

Assinatura e Carimbo da Empresa

**Obs. A proposta deve ser enviada em papel timbrado.*

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 0026/2026
ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2026

Aos dias do mês de _____ do ano de 2026, o Município de Santo Amaro, CNPJ/MF sob o n.º 14.222.566/0001-72, com sede na Praça da Purificação, S/n, Centro, Santo Amaro/BA, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SEGAD, a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Gestão Administrativa, Sr. Jucimaro Damasceno Muniz, R.G. _____, CPF n° _____, formaliza a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 0026/2026, oriunda do Processo Administrativo N° 0275/2026, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

PROMITENTE FORNECEDOR				
NOME FANTASIA:				
RAZÃO SOCIAL		CNPJ		
ENDEREÇO		CEP		
BAIRRO		CIDADE		ESTADO
E-MAIL		TELEFONE		()
DADOS BANCARIOS		BANCO: AGÊNCIA: CONTA:		
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL		CPF REPRESE NTANTE LEGAL		
		RG REPRESE NTANTE LEGAL		

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição, de forma parcelada e conforme a demanda, de aparelhos de ar-condicionado do tipo split, ciclo frio, com tecnologia inverter, destinados à climatização dos ambientes de trabalho e de atendimento ao público das Secretarias do Município de Santo Amaro – Bahia, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Edital e no Termo de Referência;

1.2. Os preços da PROPONENTE constante desta Ata de registro de preços ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento e do Contrato que venha a ser firmado entre a PROPONENTE e a Administração;

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor da presente Ata de registro de preços é **R\$** _____, constantes da proposta de preços apresentada no **Pregão Eletrônico SRP nº 0026/2026**, que é parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, sendo os preços fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, observada a Cláusula Sexta, inclusive todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza;

2.2. **TABELA DO OBJETO DETALHADO COM VALORES UNITARIOS E TOTAIS.**

- 2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata;
- 2.4. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização, na forma do item 12 do Termo de Referência;
- 2.5. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte do Fornecedor o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas foram cumpridas;
- 2.6. O faturamento correspondente ao objeto contratado deverá ser apresentado pelo fornecedor, através de Nota Fiscal, em duas vias, após assinatura do Instrumento e recebimento da Nota de Empenho;
- 2.7. Haverá retenção do Imposto de Renda na fonte sobre os valores pagos, na forma da legislação tributária aplicável;
 - 2.7.1. Não estarão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012;
 - 2.7.2. Optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) caso venham ser desenquadradas, sofrerão a retenção na fonte com a alíquota aplicada para o objeto do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CADASTRO DE RESERVA

- 3.1. Esta Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço registrado permanece vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei n.º 14.133/2021;
 - 3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro;
 - 3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos;
- 3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, admitida a sua substituição por nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil somente nas hipóteses do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços;
- 3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços;
 - 3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, vedada a oferta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
 - 3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que;
 - 3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
 - 3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original;
 - 3.4.3. O registro a que se refere o subitem 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata;
 - 3.4.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original;

3.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 3.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses;

3.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e;

3.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula Nona;

3.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

3.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;

3.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração;

3.8. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e divulgada no PNCP e no sítio oficial do Município;

3.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observado o item 3.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;

3.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.10.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou;

3.10.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;

3.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE

4.1. Cumprir, integralmente, sob pena de cancelamento da presente Ata de registro de preços todas as cláusulas constantes dos contratos porventura firmados;

4.2. Cumprir a presente Ata de Registro de Preços, nos termos aqui dispostos, sem prejuízo da cobrança da multa correspondente ao período total do atraso;

4.3. Entregar o objeto no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, na forma do Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – INCIDÊNCIAS FISCAIS

5.1. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente Ata, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido nas Normas tributárias;

5.2. A PROPONENTE declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre o fornecimento do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nesta avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

6. CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações;

- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Por reajustamento, após 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, pela variação acumulada do IPCA-E, hipótese aplicável à ata cuja vigência for prorrogada (art. 25, § 7.º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7. CLÁUSULA SÉTIMA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado;

- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado;
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa;
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso;

- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável;
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.5;
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Cláusula Nona, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a

necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA OITAVA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços;

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou;

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento;

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 4.º e 5.º do art. 86 da Lei n.º 14.133/2021;

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados;

9. CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor;

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista na Cláusula Sétima desta Ata; ou;

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa;

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação;

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou;

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos da Cláusula Sétima desta Ata.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal, inclusive de outros Municípios, que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes (art. 86, §§ 2.º e 3.º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021), observados os seguintes requisitos:

10.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento

ou descontinuidade de serviço público;

10.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e;

10.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor;

10.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

10.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento;

10.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

10.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços;

10.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 10.1.

Dos limites para as adesões

10.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes;

10.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços;

Vedação e acréscimo de quantitativos

10.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata;

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso em que caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade;

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do Edital;

12.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes, na forma do subitem 3.8.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Santo Amaro, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO

Santo Amaro /BA, __ de _____ de 2026.

JUCIMARO DAMASCENO MUNIZ
Secretário Municipal de Gestão Administrativa – SEGAD
Órgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
FORNECEDOR REGISTRADO